

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

116 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 21 a 25/03/2022

1. CIMEIRAS EM BRUXELAS: NATO, G7 E CONSELHO EUROPEU	1
G7	1
Cimeira da NATO	1
Conselho Europeu, 24-25 de março	2
2. SESSÃO PLENÁRIA PARLAMENTO EUROPEU	3
Guerra na Ucrânia e fundos para a ajuda aos refugiados	3
Independência energética da Europa	3
Segurança alimentar à luz da invasão russa da Ucrânia	3
Prolongamento do roaming na UE sem encargos adicionais	3
Nomeações de deputados para as comissões especiais	4
3. BÚSSOLA ESTRATÉGICA	4
4. ACORDO: REGULAMENTO SOBRE OS MERCADOS DIGITAIS	5
5. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA SESSÃO PLENÁRIA	6
6. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA EVENTO NACIONAL	6
7. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA ESTUDO DAS RECOMENDAÇÕES	7
8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR POLÍTICAS EUROPEIAS AO SERVIÇO DOS CIDADÃOS	7
9. COMISSÃO EUROPEIA SEGURANÇA E SISTEMAS ALIMENTARES	8
10. COMISSÃO EUROPEIA NEXT GENERATION EU - PORTUGAL	8
11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
Conselho (Agricultura e Pescas)	9
Conselho dos Negócios Estrangeiros e Conselho dos Negócios Estrangeiros (Defesa)	9
Conselho dos Assuntos Gerais	10
Cimeira Social Tripartida	10
12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da União Europeia	10

1. CIMEIRAS EM BRUXELAS: NATO, G7 E CONSELHO EUROPEU

A semana que passou ficou marcada pela realização de **três cimeiras em Bruxelas**, cujo tema central em comum foi a agressão militar da Federação russa à Ucrânia: G7, NATO e Conselho Europeu.

G7

No âmbito da [Presidência alemã do G7](#), teve lugar uma reunião dos Chefes de Estado e de Governo destes 7 países (EUA, Canadá, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Japão) em Bruxelas, no dia 24 de março. Foi adotada uma declaração final (disponível [aqui](#)), onde se enfatiza a necessidade de “*reforçar ainda mais a nossa cooperação à luz da agressão injustificável, não provocada e ilegal da Rússia e da guerra de escolha do Presidente Putin contra a Ucrânia independente e soberana.*” Além disso, o G7 congratulou-se “*com as investigações dos mecanismos internacionais, incluindo pelo Procurador do Tribunal Penal Internacional*”, dando nota de que trabalhará “*em conjunto para apoiar a recolha de provas de crimes de guerra. O cerco de Mariupol e outras cidades ucranianas, e a negação do acesso humanitário por parte das forças militares russas são inaceitáveis.*” Finalmente, o G7 considera que “*A liderança russa é obrigada a cumprir imediatamente a ordem do Tribunal Internacional de Justiça para suspender as operações militares que iniciou a 24 de Fevereiro de 2022 no território da Ucrânia, sem mais demoras.*”, exortando “*ainda as autoridades bielorrussas a evitarem uma nova escalada e a absterem-se de utilizar as suas forças militares contra a Ucrânia. Além disso, exortamos todos os países a não prestarem assistência militar ou outra à Rússia para ajudar a continuar a sua agressão na Ucrânia. Estaremos vigilantes em relação a qualquer assistência deste tipo.*”

Cimeira da NATO

Também a 24 de março teve lugar uma Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da NATO, com a presença do Presidente dos EUA, Joe Biden, em Bruxelas. O comunicado adotado está disponível [aqui](#).



A NATO afirma que a Federação Russa “*precisa de mostrar que leva a sério as negociações, implementando imediatamente um cessar-fogo. (...) A agressão contínua da Rússia enquanto decorrem as discussões é deplorável. (...) Somos totalmente solidários com o Presidente Zelenskyy, o governo da Ucrânia, e com os corajosos cidadãos ucranianos que estão a defender a sua pátria. (...) A Ucrânia tem um direito fundamental à auto-defesa ao abrigo da Carta das Nações Unidas. Desde 2014, temos prestado amplo apoio à capacidade da Ucrânia para exercer esse direito. Treinamos as forças armadas ucranianas, reforçando as suas capacidades e capacidades militares e aumentando a sua resiliência. Os Aliados da NATO intensificaram o seu apoio e continuarão a prestar mais apoio político e prático à Ucrânia, uma vez que este país continua a defender-se.(...) Os Ministros dos Negócios Estrangeiros irão debater mais aprofundadamente o nosso apoio à Ucrânia quando se reunirem em Abril.*”

Por outro lado, afirma-se a união da Aliança em “*contrariar as tentativas da Rússia de destruir os alicerces da segurança e estabilidade internacionais.*” e apela-se “*a todos os Estados, incluindo a República Popular da China (RPC), para que mantenham a ordem internacional, incluindo os princípios de soberania e integridade territorial, tal como consagrados na Carta das Nações Unidas, para que se abstenham de apoiar de qualquer forma o esforço de guerra da Rússia, e para que se abstenham de qualquer acção que ajude a Rússia a contornar as sanções. Estamos preocupados com os recentes comentários públicos de funcionários da RPC e apelamos à China para que deixe de amplificar as falsas narrativas do Kremlin, em particular sobre a guerra e sobre a NATO, e para que promova uma resolução pacífica do conflito.*”

Conselho Europeu, 24-25 de março

Finalmente, nos dias 24 e 25 de março, teve lugar uma reunião do Conselho Europeu que, nos termos da [carta de convite](#) do Presidente desta instituição, se iniciou com uma troca de impressões com o Presidente dos EUA, Joe Biden, sobre a agressão militar em curso da Rússia contra a Ucrânia (síntese dos principais pontos [aqui](#)). Além disso, o Conselho contou ainda com a participação, por videoconferência, do presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy. Foram adotadas [Conclusões do Conselho Europeu](#) sobre esta matéria, tendo sido reiterada a Declaração de Versalhes, reconhecendo as aspirações europeias e a escolha europeia da Ucrânia, em conformidade com o Acordo de Associação.

O Conselho Europeu lembrou o convite que dirigiu à Comissão para dar o seu parecer, em conformidade com as disposições pertinentes dos Tratados.

Foi disponibilizada uma infografia sobre a resposta da UE à agressão russa, com especial ênfase nas sanções (disponível [aqui](#)), bem como outra sobre o apoio da UE às pessoas que fogem da guerra, a nível político, financeiro, material e humanitário à Ucrânia e à sua população ([aqui](#)).

Os dirigentes da UE destacaram que a Rússia está a dirigir ataques contra a população civil e está a tomar por alvo bens de carácter civil – incluindo hospitais, instituições médicas, escolas e abrigos – e está a causar um enorme número de mortos e feridos civis. O Conselho Europeu instou a Rússia a garantir urgentemente a passagem segura dos civis sitiados em zonas de guerra, libertar de imediato todos os reféns, proporcionar acesso humanitário ininterrupto e estabelecer corredores humanitários.

O segundo dia do Conselho foi dedicado às seguintes questões:

- **Debate sobre [segurança e defesa](#)**, com base na [Declaração de Versalhes](#) e tendo em conta a nova situação de segurança na Europa. Foi aprovada a Bússola Estratégica, uma iniciativa que visa reforçar as políticas de segurança e defesa da União em torno de temas relacionados com a gestão de crises, as capacidades de defesa, a resiliência e as parcerias.
- **Energia:** na reunião informal em Versalhes, foi decidido eliminar progressivamente, assim que possível, a dependência da importação de gás, petróleo e carvão da Rússia. O Conselho Europeu debateu a persistência dos [preços elevados da energia](#) e o seu impacto nos cidadãos e nas empresas, nomeadamente no contexto da agressão russa contra a Ucrânia.
- **Questões económicas:** prosseguiu o debate sobre a forma de construir uma [base económica mais sólida](#), nomeadamente reduzindo as dependências estratégicas em domínios sensíveis como as matérias-primas críticas, os semicondutores, a saúde, a digitalização e os alimentos.
- **Relações externas:** o Conselho Europeu preparou a próxima cimeira UE-China, que se realizará a 1 de abril de 2022, e debateu a crise política na Bósnia-Herzegovina.

Finalmente, o Conselho Europeu **reelegeu Charles Michel como seu Presidente** para os próximos dois anos e meio (detalhe [aqui](#)).

As conclusões do Conselho estão disponíveis [aqui](#).

2. SESSÃO PLENÁRIA PARLAMENTO EUROPEU¹

Teve lugar esta semana a sessão plenária do Parlamento Europeu em Bruxelas, destacando-se:

Guerra na Ucrânia e fundos para a ajuda aos refugiados

O PE aprovou a [reafetação de fundos disponíveis da coesão e do asilo para que os Estados-Membros apoiem as pessoas que fogem da invasão russa da Ucrânia](#). Os deputados aprovaram assim as medidas contidas na proposta da Comissão Europeia relativa à [Ação de Coesão a favor dos Refugiados na Europa \(CARE\)](#), através de um processo de urgência (562 votos a favor, 2 contra e 3 abstenções). A proposta relativa aos montantes não despendidos do Fundo para o Asilo e a Migração foi aprovada com 575 votos a favor, 4 contra e 3 abstenções, prorrogando por um ano o período de execução dos Fundos para os Assuntos Internos e desbloqueando o acesso aos montantes não despendidos. As propostas deverão em seguida ser aprovadas pelo Conselho.

Independência energética da Europa

O PE debateu também com o Conselho e a Comissão os planos para reduzir a [dependência da UE dos combustíveis fósseis da Rússia](#) e atenuar o aumento dos preços da energia, reagindo à comunicação [REPowerEU](#) da Comissão Europeia e que refere que deverão privilegiar-se os projetos de conclusão do mercado interno da energia e os projetos com uma forte dimensão transfronteiriça, *por exemplo as ligações essenciais entre Portugal, Espanha e França*. Intervieram no debate as deputadas [Maria da Graça Carvalho \(PPE\)](#) e [Marisa Matias \(Grupo da Esquerda\)](#). O vídeo do debate encontra-se disponível [aqui](#).

No debate com os presidentes do Conselho e da Comissão, os deputados voltaram a condenar a [agressão russa contra a Ucrânia](#), elogiaram os Estados-Membros da UE pela resposta rápida na adoção de sanções e concordaram que a UE deve reforçar a sua autonomia estratégica em matéria de defesa e energia. Intervieram nesta sessão os deputados portugueses ao PE [José Gusmão \(Grupo da Esquerda\)](#), [Pedro Marques \(S&D\)](#), [Paulo Rangel \(PPE\)](#), [Margarida Marques \(S&D\)](#) e [João Pimenta Lopes \(Grupo da Esquerda\)](#) e o vídeo encontra-se disponível [aqui](#).

Segurança alimentar à luz da invasão russa da Ucrânia

O PE instou a Comissão e os Estados-Membros a [viabilizarem corredores alimentares de e para a Ucrânia e a tomarem medidas para que a UE seja capaz de garantir a segurança alimentar](#), numa resolução aprovada com 413 votos a favor, 120 contra e 49 abstenções, defendendo a mobilização do Mecanismo de Proteção Civil da UE para maximizar a assistência à Ucrânia, referindo que *A pandemia de COVID-19 e, agora, a invasão russa da Ucrânia tornaram ainda mais evidente que a UE tem de reforçar a segurança alimentar e reduzir a sua dependência de fatores de produção importados de um ou de muito poucos fornecedores de fora da UE*. O PE reconheceu assim a necessidade urgente de medidas temporárias e reversíveis para aumentar a produção da UE na época de colheita de 2022, a fim de contribuir para a segurança alimentar da União e instou a Comissão a velar por que as terras agrícolas sejam utilizadas única e exclusivamente para fins de produção de alimentos para consumo humano e animal. Interveio neste debate o deputado [Álvaro Amaro \(PPE\)](#).

Prolongamento do roaming na UE sem encargos adicionais

Foi também aprovado nesta sessão, com 581 votos a favor, 2 contra e 5 abstenções o [acordo que permite que os cidadãos continuem a utilizar os seus telemóveis noutros países da UE sem custos adicionais por mais dez anos](#) (regime de itinerância como em casa - *roaming*).

¹ Fonte: serviço de imprensa do PE.

Nomeações de deputados para as comissões especiais

Foi anunciada a [lista dos membros titulares](#) (efetivos) da nova comissão de inquérito sobre o caso *Pegasus* e das comissões especiais sobre a ingerência estrangeira e a COVID-19. As deputadas portuguesas ao PE [Sara Cerdas](#) (S&D) e [Marisa Matias](#) (Grupo da Esquerda) foram nomeadas como membros titulares da *comissão especial sobre a pandemia de COVID-19: ensinamentos retirados e recomendações para o futuro*. As listas completas estão disponíveis [aqui](#).

3. BÚSSOLA ESTRATÉGICA

O Conselho [aprovou formalmente esta semana a Bússola Estratégica](#) (Cfr. ponto 11). Esta oferece à União Europeia um plano de ação ambicioso para reforçar a política de segurança e defesa da UE até 2030. O [documento](#) apresenta propostas concretas e exequíveis, com um calendário de execução muito preciso, a fim de melhorar a capacidade da UE para agir de forma decisiva em situações de crise e defender a sua segurança e proteger os seus cidadãos.

Josep Borrell, alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, referiu sobre o tema que *as ameaças estão a aumentar e o custo da inação é evidente. A Bússola Estratégica é um guia de ação. Define uma via a seguir ambiciosa para a nossa política de segurança e defesa ao longo da próxima década e ajudar-nos-á a assumir as nossas responsabilidades em matéria de segurança perante os nossos cidadãos e o resto do mundo. Se não agora, então quando?*

A Bússola abrange todos os aspetos da política de segurança e defesa e está estruturada em torno de quatro pilares - **agir, garantir a segurança, investir e parcerias**:

- **Agir:** A UE criará uma capacidade de projeção rápida da UE de até 5 000 militares para diferentes tipos de crises; estará pronta a destacar uma missão civil da PCSD composta por 200 peritos totalmente equipados no prazo de 30 dias, inclusive para ambientes complexos; realizará exercícios reais regulares na terra e no mar; reforçará a mobilidade militar; reforçará as missões e operações civis e militares da PCSD (Política Comum de Defesa e Segurança) da UE, promovendo um processo decisório rápido e mais flexível, agindo de forma mais sólida e assegurando uma maior solidariedade financeira; tirará pleno partido do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz para apoiar os parceiros.
- **Garantir a segurança:** A UE intensificará as suas capacidades de análise de informações; desenvolverá um conjunto de instrumentos híbrido e equipas de resposta que reúnam diferentes meios de detetar e dar resposta a uma vasta gama de ameaças híbridas; continuará a desenvolver o conjunto de instrumentos de ciberdiplomacia e criará uma política de ciberdefesa da UE a fim de a preparar melhor para a ocorrência de ciberataques e lhes dar resposta; criará um conjunto de instrumentos de combate à manipulação da informação e à ingerência estrangeiras; desenvolverá uma estratégia espacial da UE para a segurança e a defesa; reforçará o papel da UE enquanto interveniente no domínio da segurança marítima.
- **Investir:** A UE procederá a uma troca de opiniões sobre os objetivos em termos de aumento e otimização das despesas com a defesa, a fim de atender às necessidades de segurança; fornecerá incentivos adicionais para os Estados-Membros participarem no desenvolvimento colaborativo de capacidade e investirão coletivamente em facilitadores de força e capacidades de próxima geração para operar na terra, no mar e no ar, bem como no ciberespaço e no espaço exterior; reforçará a inovação tecnológica para a defesa, a fim de colmatar lacunas estratégicas e reduzir as dependências tecnológicas e industriais.
- **Parcerias:** A UE reforçará a cooperação com parceiros estratégicos como a NATO, a ONU e os parceiros regionais, nomeadamente a OSCE, a UA e a ASEAN; desenvolverá parcerias

bilaterais com países e parceiros estratégicos que partilhem das mesmas ideias, como os Estados Unidos, o Canadá, a Noruega, o Reino Unido, o Japão e outros; desenvolverá parcerias adaptadas nos Balcãs Ocidentais, na Vizinhança Oriental e Meridional, em África, na Ásia e na América Latina, nomeadamente consolidando o diálogo e a cooperação, promovendo a participação nas missões e operações da PCSD e apoiando o reforço de capacidades.

A Bússola Estratégica foi [aprovada também no Conselho Europeu](#) de 24 e 25 de março, instando este a sua rápida implementação.

4. ACORDO: REGULAMENTO SOBRE OS MERCADOS DIGITAIS

Temos dado nota (cfr. Sínteses [101](#) e [102](#)) do processo legislativo sobre o chamado [Pacote dos Serviços Digitais](#). Esta semana, o Conselho e o Parlamento chegaram a um [acordo político provisório sobre o Regulamento Mercados Digitais](#), que visa criar regras claras para as plataformas em linha de grande dimensão, assegurando que nenhuma esteja numa posição de "controlador de acesso".

- Que plataformas são consideradas controladores de acesso?

O Conselho e o PE acordaram que, para ser considerada um controlador de acesso (*gatekeeper*), uma plataforma deve, por um lado, ter realizado um volume de negócios anual na União Europeia (UE) no valor de pelo menos 7 500 milhões de euros em cada um dos três últimos anos, ou ter uma capitalização bolsista no valor de pelo menos 75 mil milhões de euros, e contar com pelo menos 45 milhões de utilizadores finais ativos mensalmente e pelo menos 10 000 utilizadores profissionais estabelecidos na UE.

Por outro lado, a plataforma deve controlar um ou mais serviços essenciais de plataforma (*core platform services*) em pelo menos três Estados-Membros (aqui se incluem os mercados digitais e as lojas de aplicações, os motores de pesquisa, as redes sociais, os serviços de computação em nuvem, os serviços de publicidade, os assistentes vocais e os navegadores *web*.)

Os controladores de acesso deverão, nomeadamente:

- garantir o direito dos utilizadores de cancelar a assinatura de serviços;
- no que diz respeito às funcionalidades de *software* mais importantes (navegador *web*, por exemplo), abster-se de impor essas funcionalidades de *software* por defeito;
- assegurar a interoperabilidade das funcionalidades básicas serviços de mensagens instantâneas;
- permitir que os criadores de aplicações acedam em condições equitativas às funcionalidades auxiliares dos telemóveis inteligentes (chip NFC, por exemplo);
- conceder aos vendedores acesso aos seus dados de desempenho em matéria de *marketing*;
- informar a Comissão Europeia das aquisições e fusões que realizem.

Os controladores de acesso deixarão, no entanto, de poder:

- classificar os seus próprios produtos ou serviços de forma mais favorável (auto favorecimento);
- reutilizar, para efeitos da prestação de outro serviço, os dados pessoais recolhidos aquando da prestação de um serviço;
- estabelecer condições desleais para os utilizadores profissionais;
- pré-instalar certas aplicações informáticas;
- exigir que os criadores de aplicações utilizem certos serviços (sistema de pagamento ou fornecedor de identidade, por exemplo) para serem referenciados nas lojas de aplicações.

Se um controlador de acesso violar as regras estabelecidas pelo regulamento, incorre numa coima que pode ir até 10 % do seu volume de negócios total a nível mundial, ou de 20%, em caso de reincidência.

Se uma plataforma tiver argumentos válidos, pode contestar a sua designação como controlador de acesso, através de um procedimento específico que permite à Comissão verificar a validade desses argumentos.

A fim de assegurar um elevado nível de harmonização no mercado interno, a Comissão Europeia é a única entidade responsável pela aplicação do regulamento.

5. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | SESSÃO PLENÁRIA²

Teve lugar em Estrasburgo, nos dias 25 e 26 de março, a [5.ª reunião plenária](#) da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE), dirigida pelos co-presidentes, que contou com a participação da delegação permanente da Assembleia da República composta pelos Deputados Luís Capoulas Santos (PS), Paulo Moniz (PSD), Fábíola Cardoso (BE) e Bruno Dias (PCP). A sessão foi antecedida pela **reunião dos representantes dos Paramentos nacionais que participam na sessão plenária - componente Paramentos nacionais** - e das [reuniões dos grupos de trabalho](#) da Conferência, cujas agendas versaram sobre a apresentação e discussão dos projetos de propostas das conclusões finais respeitantes às temáticas abordadas. De acordo com a [ordem de trabalhos](#), no primeiro dia da reunião, os representantes dos painéis de cidadãos nacionais apresentaram o ponto de situação sobre os eventos nacionais realizados nos seus países, a que se seguiu a [intervenção](#) das partes interessadas convidadas, nomeadamente os representantes do Banco Central Europeu, da Comunidade Religiosa Islâmica Italiana e da Representação da Igreja Grega na União Europeia. O segundo dia da reunião foi dedicado à **apresentação e debate dos relatórios das atividades dos grupos de trabalho**, relativamente aos seguintes temas: «Uma economia mais forte, justiça social e emprego», «Educação e cultura», «Transformação digital», «Democracia europeia», «Valores e direitos, Estado de direito, segurança», «Alterações climáticas / Saúde» e «A UE no mundo / Migração».

O debate contou com a participação dos representantes do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão Europeia, dos Paramentos nacionais, dos parceiros sociais e dos cidadãos.

6. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | EVENTO NACIONAL³

O evento nacional no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE), dedicado ao tema «**Turismo, educação, cultura, juventude e desporto**» teve lugar no Funchal, no dia 25 de março, e foi [organizado pelo Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal](#), em colaboração com as entidades parceiras. O evento contou com a participação, como oradores, do Secretário Regional de Turismo e Cultura do Governo Regional da Madeira, Eduardo Jesus, da Deputada ao Parlamento Europeu, Sara Cerdas (PS – S&D), da Deputada ao Parlamento Europeu Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD - PPE), do Deputado à Assembleia da República Sérgio Marques (PSD), do Presidente da Direção do Conselho Nacional de Juventude, Rui Oliveira, e da Secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, tendo a moderação ficado a cargo do jornalista da RTP Madeira Paulo Jardim. A sessão de abertura contou com as intervenções de Marco Teles, coordenador do *Europe Direct* Madeira, do chefe do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, Pedro Valente da Silva e do Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Pedro Calado.

² Ponto elaborado por Liliane Sanches Silva, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus

³ Ponto elaborado por Gonçalo Sousa Pereira e Vanessa Garcia, Comissão de Assuntos Europeus.

Os oradores focaram temas como as **consequências da pandemia para o turismo**, a importância da requalificação das escolas, o **investimento em programas para juventude** como o Erasmus+, a criação da agência europeia para o turismo, o impacto da guerra na Ucrânia nos valores europeus, a importância de capacitar a juventude para se adaptar e ganhar experiência escolar, e a necessidade de qualificação das profissões na área do turismo.

O período de debate contou com a intervenção de Sofia Moreira de Sousa, representante da Comissão Europeia em Portugal, de jovens e de outros membros da sociedade civil, que colocaram questões sobre os planos da UE para a defesa, quais os impactos e consequências culturais causados pela guerra e pela chegada de refugiados à UE, se o **sistema educativo em Portugal** estava a dar as ferramentas necessárias aos jovens para o desafios do século XXI, a importância de facilitar a mobilidade entre diferentes percursos educativos, o problema da escalada dos preços dos combustíveis e do aumento da inflação, particularmente, para as pessoas mais vulneráveis e a importância de se **pensar nos valores europeus** e no que se pretende para a Europa. O vídeo do evento encontra-se disponível [aqui](#).

7. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | ESTUDO DAS RECOMENDAÇÕES

Demos nota na [Síntese n.º 113](#) da publicação, por parte do Parlamento Europeu, de dois estudos sobre as recomendações apresentadas pelos painéis de cidadãos 2 e 3 da Conferência sobre o Futuro da Europa. Foram agora publicados os estudos referentes aos **painéis 1 (Uma economia mais forte, justiça social e emprego / Educação, cultura, juventude e desporto / transformação digital)** e **4 (A UE no mundo / Migração)**. Os estudos, tal como os anteriores, analisam as posições do Parlamento Europeu e as atividades da UE quanto aos temas em causa, tendo sido produzidos a pedido do co-presidente e membro do Parlamento Europeu Guy Verhofstadt, encontrando-se disponíveis [aqui](#) e [aqui](#).

8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | POLÍTICAS EUROPEIAS AO SERVIÇO DOS CIDADÃOS⁴

No âmbito da dimensão parlamentar da presidência francesa do Conselho da UE, teve lugar, nos dias 20 e 21 de março, a [Conferência de Presidentes de Comissão sobre políticas europeias ao serviço dos cidadãos: PAC, fundos regionais e turismo sustentável no novo contexto do Pacto Ecológico](#), na qual a Assembleia da República esteve representada por uma delegação conjunta da Comissão de Assuntos Europeus e a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, composta pelos Deputados Luís Capoulas Santos (PS) e Jorge Paulo Oliveira (PSD).

A primeira sessão foi subordinada ao tema **PAC e a melhoria da qualidade alimentar para os cidadãos europeus** e no período de debate foram abordadas questões como o impacto da guerra na Ucrânia nas cadeias de abastecimento alimentar, a soberania e segurança alimentar, a rotulagem e os regimes de qualidade dos produtos e a necessidade de rever e adaptar a estratégia do Prado ao Prato. Na segunda sessão, sobre **Fundos Regionais ao serviço da transição energética**, foi salientada a necessidade de acelerar a transição energética e de esta ser inclusiva, a redução da dependência energética e de gás, a disponibilização dos fundos europeus de forma célere e menos burocrática, o investimento em projetos sustentáveis a longo prazo e carbonicamente neutros, o desenvolvimento da energia renovável e da mobilidade sustentável. A reunião terminou com um debate sobre **Turismo sustentável no novo contexto do Pacto Ecológico Europeu**, na qual se destacou a resposta da UE

⁴ Ponto elaborado por Elodie Rocha, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus.

face às consequências económicas e sociais da pandemia da COVID-19 e o seu impacto no setor do turismo. O vídeo desta Conferência encontra-se disponível [aqui](#).

9. COMISSÃO EUROPEIA | SEGURANÇA E SISTEMAS ALIMENTARES

A Comissão Europeia apresentou esta semana várias [ações a curto e médio prazo para reforçar a segurança alimentar a nível mundial e apoiar os agricultores e os consumidores na UE](#) na sequência do aumento dos preços dos alimentos e dos custos dos fatores de produção como a energia e os fertilizantes. Estas ações podem ser divididas em três áreas:

- **Reforço da segurança alimentar a nível mundial:** criação de um programa de apoio de emergência da UE à Ucrânia no valor de 330 milhões de euros que contribuirá para garantir o acesso aos bens e serviços básicos, bem como a proteção da população; acompanhamento e análise regulares dos preços dos produtos alimentares e da insegurança alimentar e esforços no âmbito de organismos internacionais e multilaterais (FAO, OMC, G7, G20) para coordenar as políticas; necessidade de acelerar a transição do sistema alimentar para a sustentabilidade e a resiliência a nível mundial;
- **Apoio aos agricultores e consumidores da UE:** com a redução de taxas de imposto sobre o valor acrescentado e recurso ao Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carentes (FEAD). A Comissão adotou também um pacote de assistência no valor de 500 milhões de euros para apoiar os produtores mais afetados pelas consequências da guerra na Ucrânia e propôs um novo quadro temporário de crise autónomo (para agricultores, produtores de fertilizantes e setor das pescas), e que permitirá conceder auxílios estatais aos agricultores afetados por aumentos significativos do custo dos fatores de produção;
- **Reforço da resiliência e sustentabilidade dos sistemas alimentares:** através das transições previstas na Estratégia do Prado ao Prato e na Estratégia de Biodiversidade, com recurso a técnicas inovadoras como a agricultura de precisão, novas técnicas genómicas, melhor gestão dos nutrientes, gestão integrada de pragas, alternativas biológicas a pesticidas químicos, etc. Engloba ainda a menor dependência da agricultura da energia, investimento na investigação e inovação para substituição de fertilizantes sintéticos, instando-se ainda os Estados-Membros a utilizarem os instrumentos disponíveis no seus [planos estratégicos da PAC](#) neste âmbito.

A Comissão criou uma secção de [perguntas e respostas](#) sobre o tema.

Ainda no âmbito da segurança alimentar, Comissão intensificou o [apoio a uma ação a nível mundial que visa transformar os sistemas alimentares através de oito alianças mundiais](#): os alimentos nunca serão resíduos; regimes alimentares saudáveis resultantes de sistemas alimentares sustentáveis para benefício de todos, nomeadamente crianças; aliança de apoio às refeições escolares; alimentos aquáticos e azuis; agroecologia; erradicar a fome; luta contra as crises alimentares numa abordagem que tem em conta a relação ajuda humanitária-desenvolvimento-paz; crescimento sustentável da produtividade.

10. COMISSÃO EUROPEIA | NEXT GENERATION EU - PORTUGAL

A Comissão aprovou no final desta semana uma [avaliação preliminar positiva do pedido de pagamento de 1,16 mil milhões de euros apresentado por Portugal](#), dos quais 553,44 milhões de euros de subvenções e 609 milhões de euros de empréstimos ao abrigo do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) (MRR). Portugal tinha apresentado à Comissão um pedido de pagamento baseado no cumprimento dos 38 marcos e metas selecionadas na [Decisão de Execução do Conselho](#) e apresentou elementos de prova pormenorizados, que a Comissão avaliou exaustivamente. O [plano de recuperação](#)

[e resiliência](#) português inclui uma vasta gama de medidas de investimento e de reforma repartidas por 20 componentes temáticas.

A Presidente da Comissão referiu a este respeito que «*Portugal deu hoje um passo importante na via da recuperação. Realizou bons progressos na execução do seu plano de recuperação, com reformas transformadoras e investimentos ambiciosos (...)*», tendo o Comissário Paolo Gentiloni dado nota que «*A avaliação positiva de hoje atesta o empenho de Portugal no Mecanismo de Recuperação e Resiliência, tendo sido o primeiro país a apresentar o seu plano no ano passado. Portugal iniciou com muito sucesso o seu ambicioso plano de recuperação e resiliência (...)*».

A Comissão enviou agora ao Comité Económico e Financeiro (CEF) a sua avaliação preliminar e, na sequência do parecer deste Comité, adotará a decisão final sobre o pagamento.

Recorde-se que, no âmbito da Semana Parlamentar Europeia, [o Primeiro-Ministro António Costa interveio como orador na Conferência de Alto Nível sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência: lições para o futuro](#). O vídeo relativo a esta sessão pode ser encontrado [aqui](#).

Além desta [Conferência de Alto Nível, a Semana Parlamentar Europeia englobou ainda a Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação Económica na União Económica e Monetária](#). A Assembleia da República participou nesta Semana Parlamentar, em formato de videoconferência, com uma delegação composta pelos Deputados Nelson Silva (PAN), Vera Braz (PS) e Jorge Paulo Oliveira (PSD), pela Comissão de Orçamento e Finanças, Carlos Brás (PS) e Sérgio Marques (PSD), pela Comissão de Assuntos Europeus, e Rita Borges Madeira (PS) e Helga Correia (PSD), pela Comissão de Trabalho e Segurança Social. Os temas em debate centraram-se, além do já referido Mecanismo de Recuperação e Resiliência, nos **recursos próprios da União Europeia** e na **reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento**. Os vídeos destas conferências encontram-se disponíveis [aqui](#) e [aqui](#).

11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Agricultura e Pescas)

Os ministros discutiram a [situação do mercado na sequência da invasão da Ucrânia](#), com a participação por videoconferência do ministro da agricultura ucraniano, Roman Leshchenko, tendo sido debatidas [medidas](#) a tomar para salvaguardar o abastecimento alimentar a curto prazo e reforçar a soberania e segurança alimentares da UE, abordando ainda a crise na segurança alimentar de países terceiros. Foi também anunciada a medida de cultivar terras colocadas em pousio em 2022. Os ministros foram informados sobre o [ponto de situação da avaliação dos planos estratégicos da PAC](#), tendo sido trocados pontos de vista sobre a necessidade de estes serem aprovados rapidamente, da flexibilidade para adaptá-los para garantir a segurança alimentar na sequência da guerra na Ucrânia, os critérios de aprovação e a transparência do processo.

Conselho dos Negócios Estrangeiros e Conselho dos Negócios Estrangeiros (Defesa)

No **âmbito dos negócios estrangeiros**, os ministros debateram a [agressão militar da Rússia contra a Ucrânia](#), demonstrando o seu apoio a este último do ponto de vista económico e financeiro e das forças armadas, tendo chegado a um acordo político para a mobilização de mais 500 milhões de euros no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. Esta agressão foi também debatida do ponto de vista da defesa. Foram ainda trocadas opiniões sobre a situação no Mali, tendo o Conselho confirmado que a missão militar de formação da UE no Mali (EUTM Mali) não pode de modo algum envolver-se

em atividades que possam comprometer a reputação da UE. No âmbito dos **negócios estrangeiros e defesa**, os ministros aprovaram a [Bússola Estratégica](#).

Conselho dos Assuntos Gerais

Nesta [reunião](#), foram trocados pontos de vista sobre o projeto de conclusões da reunião do Conselho Europeu e os ministros chegaram a um [acordo político \(orientação geral parcial\) sobre a reformulação do regulamento relativo ao estatuto e ao financiamento dos partidos políticos europeus e das fundações políticas europeias](#). A Presidência francesa apresentou ainda um [roteiro atualizado](#) para o Semestre Europeu 2022 e, em preparação do Conselho Europeu de junho, a Comissão apresentou o pacote da primavera, constituído pelos relatórios por país e pelas recomendações do Conselho. Foi alcançado acordo quanto à transmissão ao Conselho Europeu do [projeto de recomendação sobre a política económica da área do euro](#) para aprovação. Sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa, a Presidência propôs uma metodologia para as próximas etapas e evento de encerramento no dia 9 de maio.

Cimeira Social Tripartida

O tema principal desta [cimeira](#) foi a resposta tripartida unida ao impacto social e económico da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia, nomeadamente como assegurar investimento, crescimento e emprego a longo prazo respondendo simultaneamente a esta agressão, como assegurar uma transição ecológica com êxito neste novo contexto e qual o papel do diálogo social na melhoria das condições de trabalho neste âmbito.

12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Os trabalhos da próxima semana no PE serão dedicados às reuniões das [comissões parlamentares](#) e dos grupos políticos, com destaque para o [diálogo estruturado com o Alto Representante Josep Borrell sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia 2022](#) e a [audição pública sobre a liberdade de circulação na UE e os direitos políticos dos residentes não cidadãos](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [30 de março](#), destacando-se o *pacote relativo à economia circular*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 28.03: [Conselho extraordinário de Justiça e Assuntos Internos](#)
- 29.03: [Conselho \(Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores\) sobre Saúde](#)

Bruxelas | 28 de março de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).